

RESOLUÇÃO 813 (1983) DA ASSEMBLEIA PARLAMENTAR  
SOBRE A ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA

Conselho da Europa, Estrasburgo (França), 23 de novembro de 1983

Tradução de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia

A Assembleia,

1. Tendo em conta o relatório da sua Comissão sobre a Cultura e Educação, relativo à arquitetura contemporânea (Doc. 5146);

QUALIDADE E PARTICIPAÇÃO

2. Recordando o seu interesse, de longa data, pelo património arquitetónico;
3. Preocupada com o papel que as construções modernas devem desempenhar na sociedade atual, mas também do seu lugar no património europeu do futuro;
4. Lamentando que as pressões económicas conduzam frequentemente ao sacrifício de critérios de qualidade na construção moderna;
5. Preocupada com o facto da arquitetura contemporânea estar frequentemente dissociada da vida dos homens;
6. Convicta de que, devido às repercussões diretas no ambiente e na qualidade de vida, a arquitetura deve, antes de mais, ter em conta as pessoas que vivem e trabalham nas novas edificações;
7. Tendo em conta a Recomendação n.º R (80) 16 do Comité de Ministros, sobre a formação especializada de arquitetos, urbanistas, engenheiros civis e arquitetos paisagistas, bem como o Colóquio realizado em 1978, em Ravello, subordinado a este tema;
8. Deseja:
  - i. envolver de forma muito mais direta a população nos processos de planeamento (recorrendo mais a inquéritos públicos e a uma melhor informação) e chamar a atenção para a qualidade nos critérios de apreciação das construções modernas;
  - ii. sensibilizar mais o público para a conceção arquitetónica através de uma formação estética, uma educação ambiental, exposições de arquitetura e debates públicos, onde os meios de comunicação social poderão ter um papel importante, nomeadamente a nível local;
  - iii. insistir na formação dos arquitetos e dos urbanistas sobre as repercussões sociais das construções e sobre a importância da participação da população desde a conceção até à utilização;

CONSTRUÇÕES NOVAS EM CONJUNTOS ANTIGOS

9. Chamando a atenção para a necessidade de integrar a construção contemporânea, de carácter humano e com qualidade no conjunto arquitetónico existente de modo a assegurar uma certa continuidade da tradição arquitetónica;
10. Desejando assegurar a possibilidade do crescimento das aldeias e cidades da Europa respeitando, simultaneamente, a importância da conservação do carácter dos centros históricos existentes;
11. Informada acerca do Seminário sobre construções novas em conjuntos antigos, organizado pelo Conselho da Europa, em Bristol, em março de 1982;
12. Convida as autoridades responsáveis pelo ordenamento do território a adotar uma atitude mais positiva face às possibilidades de introdução de elementos de arquitetura contemporânea em locais históricos e a procurar o apoio das associações de defesa do património e da opinião pública para evitar o recurso à imitação, exceto em casos excecionais ou a título provisório;

13. Apela insistentemente para que os regulamentos, relativos ao planeamento de conjuntos e sítios protegidos, embora sendo rigorosos para evitar a destruição, a demolição ou a perda, sejam suficientemente flexíveis para não inibir a criatividade, encorajando, pelo contrário, a inovação;

#### AÇÃO FUTURA A NÍVEL EUROPEU

14. Consciente de que a maioria das construção modernas escapam, na prática, ao controlo direto dos poderes públicos, mas convencida de que existe uma necessidade real de cooperação europeia para trocar experiências de exemplos positivos de arquitetura contemporânea, tanto a nível profissional como a do grande público, e que compete ao Conselho da Europa promover a cooperação neste domínio;
15. Deseja que se promova um diálogo entre arquitetos, urbanistas, eleitos locais, especialistas em conservação patrimonial e o grande público, não apenas a nível local, mas também por intermédio dos meios de comunicação social e no seio das organizações internacionais, entre as quais o Conselho da Europa;
16. Solicita à Conferência Permanente dos Poderes Locais e Regionais da Europa<sup>1</sup> que pondere os meios necessários para melhorar os critérios qualitativos e sociais a considerar no planeamento das decisões ao nível local;
17. Convida o Parlamento Europeu a prever outros meios para dar continuidade à presente Resolução concebendo, nomeadamente, políticas que encorajem a criatividade na arquitetura contemporânea, em colaboração com os arquitetos e a indústria da construção de edifícios.

#### NOTA

<sup>1</sup> Designada, desde 1994, Congresso de Autoridades Locais e Regionais da Europa.

Esta Norma Internacional foi publicada no livro "Património Cultural, critérios e normas internacionais de proteção", de Flávio Lopes e Miguel Brito Correia, Editora Caleidoscópico, Casal de Cambra, 2014, pp. 251-253